

## **Avaliação Externa das Escolas** **Relatório de escola**

**Escola Secundária com 3<sup>o</sup> Ciclo  
do Ensino Básico de  
Barcelinhos, Barcelos**

**Delegação Regional do Norte da IGE**

**Datas da visita: 3 e 4 de Novembro de 2008**

## I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um «programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho».

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa **da Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico de Barcelinhos, Barcelos** realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efectuada em **3 e 4 de Novembro de 2008**.

Os capítulos do relatório — Caracterização da Escola, Conclusões da Avaliação por Domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

**O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pela Escola, será oportunamente disponibilizado no sítio da IGE em: [www.ige.min-edu.pt](http://www.ige.min-edu.pt)**

### Escala de avaliação

#### Níveis de classificação dos cinco domínios

**MUITO BOM** – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

**BOM** – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

**SUFICIENTE** – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

**INSUFICIENTE** – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

## II - CARACTERIZAÇÃO DO(A) AGRUPAMENTO/ESCOLA

A Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico de Barcelinhos (Escola) situa-se na freguesia de Barcelinhos, na margem esquerda do rio Cávado, concelho de Barcelos. A sua localização coloca-a distante dos circuitos de transporte urbano, obrigando os seus alunos a percorrer a pé uma grande distância sem condições de segurança. A sua área de influência abrange 46 freguesias, estando as mais distantes a 14 km's da Escola. No presente ano lectivo a Escola é frequentada por 941 alunos distribuídos por 45 turmas (13 do ensino básico, 28 do ensino secundário e 4 de educação e formação de adultos). No ensino básico, para além do ensino regular a Escola oferece um curso de educação e formação (CEF) e no ensino secundária a oferta educativa/formativa contempla cursos científico-humanísticos (17 turmas), tecnológicos (1 turma) e profissionais (10 turmas).

Nesta Escola, 33% dos alunos beneficiam de auxílios económicos através dos serviços de acção social escolar (SASE), dos quais, 16% no escalão A e 17% no escalão B. Do total de alunos da Escola, 60,9% têm computador, mas apenas 25,9%, têm Internet em casa. De acordo com os dados fornecidos pela Escola, a população discente não apresenta qualquer diversidade linguística dada a sua proveniência se reportar a agregados familiares portugueses, não havendo alunos estrangeiros e/ou de diferentes etnias a frequentar a Escola.

O corpo docente é composto por 99 professores, dos quais 67,7% pertencem ao quadro de escola, 13,1% ao quadro de zona pedagógica e 19,2% são contratados. Do total de docentes, 64,6% têm mais de 10 anos de experiência profissional. O pessoal não docente integra 7 elementos da carreira administrativa, 22 auxiliares de acção educativa, 4 cozinheiros/ajudantes de cozinha e 1 guarda-nocturno. No conjunto do pessoal não docente, 67,6% tem mais de 10 anos de tempo de serviço.

No que concerne às habilitações literárias/académicas dos encarregados de educação, importa referir que 5,8% das famílias (pais/mães) dos alunos da Escola têm o ensino secundário, 17,1% o 3º ciclo do ensino básico, 39,0% o 2º ciclo do ensino básico, 28,1% o 1º ciclo do ensino básico 8,1% com outra formação ou formação desconhecida, 0,2% sem habilitações e apenas 1,7% com cursos superiores. Relativamente às profissões mais significativas, 33,9% das famílias (pais/mães) integram a tipologia "operários, artífices e trabalhadores da indústria", 9,3% "serviços e comércio" e 9,0 % "quadros superiores, dirigentes e profissões.

As instalações da Escola encontram-se distribuídas por um conjunto arquitectónico de 7 pavilhões, entre os quais se inclui um pavilhão gimnodesportivo e um pavilhão de construção pré-fabricada. De uma maneira geral as instalações apresentam níveis de qualidade e de segurança adequados em resultado das obras de conservação e de beneficiação a que têm sido sujeitas. O espaço da Escola ainda integra, para além dos espaços verdes, um campo descoberto destinado a jogos e à prática da educação física.

## III - CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

### 1. RESULTADOS

BOM

A análise da evolução, ao longo dos três últimos anos lectivos, dos resultados académicos no 3º ciclo do ensino básico (3º CEB) permite constatar uma subida no valor global das taxas de transição/conclusão no ano lectivo de 2007/08, após ter-se verificado situação inversa em 2006/07.

No último ano lectivo, a taxa global de transição/conclusão no 3º CEB da Escola situou-se em 96.2% quando para este ciclo de estudos o valor nacional foi de 85.3%. No mesmo período, os planos de recuperação e de acompanhamento registaram taxas de sucesso de 94% e 100%, respectivamente. Pese embora este facto, nos últimos três anos lectivos, os resultados dos exames nacionais do 9º ano de escolaridade evidenciam uma percentagem significativa de níveis inferiores a 3 nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática.

No que concerne ao ensino secundário, as taxas de transição/conclusão verificadas na Escola no ano lectivo 2007/08 situam-se acima da média nacional. Igual tendência tem vindo verificar-se nos resultados dos exames nacionais do 12º ano na disciplina de Português em que as médias obtidas são superiores às médias nacionais. Na disciplina de História, nos dois últimos anos lectivos, os resultados obtidos no exame nacional também se apresentam superiores à média nacional, mas situação inversa é verificada na disciplina de Matemática.

O abandono escolar no ensino básico é residual, não tendo ocorrido qualquer caso no último ano lectivo.

Os alunos revelam sentido de pertença à Escola. Nos últimos anos não se registaram casos graves de indisciplina ou de violência, facto que evidencia a apropriação das regras e orientações constantes no regulamento interno. Porém, não é notória uma participação activa dos alunos nos órgãos escolares onde têm assento.

Embora não sendo evidentes iniciativas destinadas a diagnosticar, com carácter sistemático, as expectativas dos diferentes actores da comunidade educativa face à escola, esta tem procurado “estar atenta” ao impacto das aprendizagens nos alunos, nas famílias e noutros membros da comunidade local.

## 2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

BOM

Os departamentos curriculares, enquanto estruturas de coordenação e supervisão, asseguram a articulação intradepartamental entre as disciplinas ou áreas disciplinares que o integram. Contudo, é ao nível dos subdepartamentos que mais se desenvolve o trabalho cooperativo entre docentes. A articulação interdisciplinar é feita, sobretudo, nos conselhos de turma.

A supervisão e o acompanhamento da prática lectiva em sala de aula realizam-se por via indirecta. Não obstante se procurar garantir a coerência do planeamento da actividade lectiva com as orientações do respectivo departamento, nos últimos anos não se verificou a implementação de processos generalizados e sistemáticos de acompanhamento e supervisão da prática lectiva com recurso à monitorização do planeamento individual e à observação directa de aulas. Como forma de garantir a confiança no processo de avaliação interna, os departamentos curriculares procedem, com carácter sistemático, à análise comparada dos resultados dos alunos na mesma disciplina/ano de escolaridade e à redefinição de estratégias em função desses resultados.

Normalmente, o processo de referenciação dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente (NEE) ocorre antes dos alunos ingressarem na Escola. As necessidades educativas especiais e as dificuldades de aprendizagem emergentes têm vindo a ser referenciadas e/ou identificadas pelos respectivos docentes e/ou directores de turma e tratadas em sede de conselhos de turma.

A Escola oferece aos seus alunos grande diversidade de actividades de enriquecimento do currículo. A oferta educativa integra, no conjunto, componentes activas, culturais, sociais e artísticas. Ao diversificar esta oferta, a Escola tem conseguido o envolvimento dos alunos em actividades com impacto na sua formação integral. Acresce que, ao oferecer cursos de educação e formação de adultos, evidencia uma intenção clara de incrementar um quadro de formação que responda às expectativas da população activa.

## 3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

BOM

O projecto educativo da Escola estabelece as grandes linhas orientadoras da sua actividade. Na sua última revisão passou a apresentar como uma das metas “consolidar a área da formação profissional, visando a qualificação de jovens e adultos para o exercício da vida activa”.

Não é notória uma grande participação dos diferentes actores na definição de prioridades e planos de acção. No entanto, reconhece-se a existência de planeamento anual feito ao nível das diferentes estruturas da Escola que é dado a conhecer, atempadamente, aos diferentes sectores da comunidade educativa.

A gestão dos recursos humanos por parte do conselho executivo tem por base o conhecimento das competências pessoais e profissionais de docentes e não docentes. No âmbito da formação contínua destes profissionais, a Escola elabora anualmente um plano de formação com base nas necessidades inventariadas.

Não obstante persistirem, ainda, alguns problemas, a Escola tem feito um esforço de adequação das instalações, espaço e equipamentos às suas necessidades. As instalações e os equipamentos têm sido objecto de vistorias periódicas por parte de entidades competentes. A Escola dispõe de plano de emergência e realiza, periodicamente simulacros.

A gestão financeira é feita de acordo com as linhas orientadoras definidas pela assembleia de escola aquando da elaboração do respectivo orçamento. Este orçamento é complementado com o orçamento privativo cujas receitas próprias provêm dos lucros do bar e da locação do pavilhão gimnodesportivo.

A participação dos pais/encarregados de educação é activa nos órgãos da Escola. Activa nos órgãos da Escola e mais reduzida no acompanhamento do dia-a-dia dos seus educandos. Com o objectivo de fomentar a sua participação, o plano de actividades do presente ano lectivo prevê um conjunto de iniciativas abertas a toda a comunidade educativa.

É notória a satisfação evidenciada pelos diferentes actores quanto à actuação dos responsáveis da Escola no que respeita à aplicação dos princípios de equidade e justiça.

#### 4. LIDERANÇA

BOM

A Escola, globalmente, apresenta lideranças fortes e com visão estratégica. Porém, ao nível das estruturas de gestão pedagógica intermédia, pese embora o facto de procurarem obter os melhores resultados educativos, nem sempre são definidas metas claras, quantificáveis e avaliáveis.

Relativamente aos critérios determinantes na definição da oferta educativa/formativa, a Escola deu corpo ao sentir da comunidade local, procurando consolidar a área da formação profissional destinada à qualificação de jovens e adultos. Tendo a formação profissional como pano de fundo, a visão estratégica e de desenvolvimento futuro reflecte-se na vontade da Escola em direccionar-se para a área transversal do Ambiente, apostando na formação em Desporto, Turismo Rural, Agronomia e Energias Renováveis.

As lideranças de topo e intermédias evidenciam conhecer as suas áreas de acção e revelam motivação e empenho. A articulação entre órgãos decorre no respeito pelo princípio da subsidiariedade e a complementaridade dos seus planos de acção concorre para o bom relacionamento e o ambiente de segurança e bem-estar que se vive na Escola.

A abertura da Escola à inovação tem vindo a traduzir-se não só na adesão a projectos institucionais, designadamente o Plano de Acção da Matemática que tem tido impacto nos resultados escolares, mas também na gradual introdução de meios tecnológicos mais atractivos para o desenvolvimento das aprendizagens. Consciente da necessidade de abertura ao exterior e de promoção de uma educação abrangente, a Escola revela uma política pró-activa de estabelecimento de parcerias e protocolos com diversas entidades locais e regionais.

#### 5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DA ESCOLA

SUFICIENTE

É notório o trabalho de monitorização e análise dos resultados académicos por parte da escola. Porém, no ano lectivo 2006/07, foi constituída uma comissão de auto-avaliação destinada a fazer um diagnóstico mais abrangente do funcionamento da Escola. Contudo, os relatórios produzidos pela referida comissão ainda não identificam, de forma sistemática e explícita, pontos fortes e fracos nem definem prioridades de acção.

Estas fragilidades no estado actual do processo de auto-avaliação são, parcialmente, contrabalançadas pela qualidade da liderança, pela estabilidade e experiência do corpo docente, pela motivação e empenho dos

agentes educativos que, no conjunto, revelam o desejo de melhorar este processo, de forma a poderem implementar planos de acção nas diversas áreas procurando a melhoria global do seu desempenho.

## IV - AVALIAÇÃO POR FACTOR

### 1. RESULTADOS

#### 1.1 SUCESSO ACADÉMICO

A análise da evolução ao longo dos três últimos anos lectivos dos resultados académicos dos três anos de escolaridade que constituem o 3º ciclo do ensino básico (3º CEB) permite constatar um ligeiro decréscimo no valor global das taxas de transição/conclusão ocorrido em 2006/07 e uma recuperação dessa tendência em 2007/08. No último ano lectivo, a taxa global de transição/conclusão do 3º CEB da Escola situou-se em 96.2% quando para este ciclo de estudos o valor nacional foi de 85.3%. Pese embora este facto, nos referidos anos lectivos os resultados dos exames nacionais do 9º ano de escolaridade evidenciam uma percentagem significativa de níveis inferiores a 3 nas disciplinas de Língua Portuguesa (43%, 26% e 20%, respectivamente) e de Matemática (62%, 83% e 43%). Numa análise comparativa dos resultados obtidos nos exames a estas disciplinas com os valores nacionais, constata-se que, nos dois últimos anos lectivos, na disciplina de Língua Portuguesa, as médias da Escola (2,9 e 3,2, respectivamente) se situam abaixo das médias nacionais (3,2 e 3,3, respectivamente), enquanto as médias dos resultados obtidos na disciplina de Matemática (1,9 e 2,9, respectivamente), reflectem, em termos comparativos, a evolução de uma situação desfavorável (2,2, a nível nacional, em 2006/07) para outra em que os valores obtidos igualam as médias nacionais. No ano lectivo de 2007/08 foram implementados 122 planos de recuperação e 11 de acompanhamento com taxas de sucesso de 94% e 100%, respectivamente.

No que concerne ao ensino secundário, as taxas globais de transição/conclusão verificadas na Escola no ano lectivo 2007/08 situam-se acima da média nacional (89,8% e 77,6%, respectivamente). Igual tendência tem vindo verificar-se nos resultados do exame nacional na disciplina de Português dos últimos três anos lectivos em que as médias obtidas (12,1, 11,8 e 10,6, respectivamente), se apresentam superiores às médias nacionais (11,7, 11,3 e 10,4, respectivamente). Na disciplina de História, nos dois últimos anos lectivos, os resultados obtidos no exame nacional (9,9 e 13,3, respectivamente) também se apresentam superiores à média nacional (9,4 e 11,0, respectivamente). No entanto, situação inversa é verificada na disciplina de Matemática dado que no mesmo período (2006/07 e 2007/08) os resultados alcançados pela Escola (8,6 e 13,8, respectivamente) são inferiores às médias nacionais (10,6 e 14,0, respectivamente), ainda que evidencie melhoria.

O abandono escolar no ensino básico é residual, não se registando qualquer caso no último ano lectivo.

#### 1.2 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

Não obstante se proceder à eleição dos alunos para a assembleia de escola e para o conselho pedagógico, nem sempre acontece a participação destes elementos nos referidos órgãos. Não é notória a atribuição de responsabilidades concretas aos alunos na vida da escola. Porém, a actual Associação de Estudantes tem um plano de actividades que espera levar a efeito. Para além deste aspecto, não se tem verificado uma participação activa dos alunos na elaboração dos documentos estruturantes, designadamente no projecto educativo e regulamento interno. Porém, os alunos conhecem estes documentos. Para isso, concorre o facto de, no início de cada ano lectivo, serem dados a conhecer aos alunos pelos respectivos directores de turma. Ainda no início de anos lectivos, procede-se à eleição dos delegados de turma, passando estes a integrar o conselho de turma que elabora o respectivo projecto curricular. Para além de algumas actividades inscritas no plano anual de actividades (PAA), é no âmbito da relação director de turma-aluno, designadamente no ensino básico na área não disciplinar de Formação Cívica, que decorre grande parte do envolvimento dos alunos em iniciativas promotoras dos princípios da solidariedade e da cidadania. De uma maneira geral, os alunos evidenciam satisfação face à Escola. Para isso, concorrem as iniciativas destinadas a realçar/premiar méritos evidenciados pelos alunos, designadamente através do quadro de excelência, da exposição de



trabalhos na biblioteca e outros espaços da Escola e da publicação de artigos na “Schola” (brochura editada pela Escola). No entanto, para além da auscultação e recolha de opiniões dos alunos por parte dos directores de turma e da existência de uma caixa de recolha de sugestões na biblioteca, não se tornam evidentes, com carácter sistemático, estratégias diversificadas tendentes à auscultação e responsabilização dos alunos.

### 1.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

No sentir dos diferentes actores da comunidade educativa, um dos pontos fortes da Escola reside no comportamento e disciplina dos alunos. Nos últimos anos não foram registados casos graves de indisciplina ou de violência. No último ano lectivo apenas uma situação de indisciplina – uso indevido de telemóvel – deu origem a procedimento disciplinar. Com a distribuição do Regulamento Interno feita pelos directores de turma, verifica-se, de uma maneira geral, a apropriação das regras e orientações de funcionamento da Escola por parte dos alunos. É notório o clima de satisfação dos discentes, docentes e funcionários relativamente ao ambiente educativo. Para o bom ambiente existente contribui o recorrente fomento da disciplina, da assiduidade e da pontualidade, dimensões, estas, contempladas nos critérios de avaliação.

### 1.4 VALORIZAÇÃO E IMPACTO DAS APRENDIZAGENS

Não obstante não se evidenciarem iniciativas destinadas a diagnosticar, com carácter sistemático, as expectativas dos diferentes actores da comunidade educativa face à escola, esta tem procurado “estar atenta” ao impacto das aprendizagens nos alunos, das famílias e de outros membros da comunidade local. Tendo presente a sua contextualização geográfica, a Escola tem procurado ir ao encontro das expectativas da comunidade local através do (re)ajustamento da oferta educativa/formativa. Assim, contrariando a tendência do que vinha a acontecer nos últimos anos, no presente ano lectivo verificou-se uma inversão no tipo de oferta educativa dado, no 10º ano, passar a predominar o número de cursos de natureza profissionalizante relativamente aos vocacionados para o prosseguimento de estudo.

## 2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

### 2.1 ARTICULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE

Os departamentos curriculares, enquanto estruturas de coordenação e supervisão, asseguram a articulação intradepartamental entre as várias disciplinas ou áreas disciplinares que o integram. A gestão conjunta e articulada dos programas feita a nível dos departamentos, segue-se, em sede dos subdepartamentos, o trabalho de planificação das diferentes actividades. É ao nível destas estruturas que mais se desenvolve o trabalho cooperativo entre docentes, designadamente a partilha de materiais e práticas pedagógicas e a definição de critérios de avaliação e calibragem das fichas de avaliação. Não tem sido prática dos departamentos e/ou subdepartamentos o estabelecimento de metas mensuráveis que facilitem uma avaliação mais objectiva dos resultados alcançados. A articulação interdisciplinar é feita, sobretudo, nos conselhos de turma e operacionalizada nos respectivos projectos curriculares. Também concorre para a interdisciplinaridade algumas das actividades inscritas no respectivo plano anual da Escola. Com efeito, neste documento são programadas actividades que se desenvolvem em torno de um tema integrador dos vários saberes, potenciando o contributo das várias disciplinas ou áreas disciplinares. Não tem sido uma prática recorrente da Escola promover iniciativas tendentes a assegurar a articulação das suas estruturas de coordenação e supervisão com as estruturas similares das escolas de proveniência dos alunos. Tal facto não permite garantir uma rápida integração dos alunos que frequentam pela primeira vez a Escola, nomeadamente ao nível do 7º e 10º anos, e assegurar a necessária articulação e sequencialidade na transição entre ciclos/escolas.

## 2.2 ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA LECTIVA EM SALA DE AULA

Aos coordenadores dos departamentos cabe a supervisão e o acompanhamento das actividades desenvolvidas pelos docentes em salas de aula. Porém esta competência é, normalmente, é levada a efeito por via indirecta através das reuniões realizadas nos departamentos curriculares e da análise dos respectivos *dossiers* de departamento/subdepartamento. Através dos processos adoptados para o acompanhamento da prática lectiva em sala de aula, os coordenadores procuram garantir a coerência do planeamento da actividade lectiva com as orientações do respectivo departamento. Contudo, nos últimos anos, não se verificou a implementação de processos generalizados e sistemáticos de acompanhamento e supervisão da prática lectiva com recurso à monitorização do planeamento individual e à observação directa de aulas. Os critérios de avaliação emanados do conselho pedagógico são aferidos nos diferentes departamentos, procurando-se calibrar os instrumentos de avaliação e classificações. Como forma de garantir a confiança no processo de avaliação interna, os departamentos curriculares procedem, com carácter sistemático, à análise comparada dos resultados dos alunos na mesma disciplina/ano de escolaridade e à redefinição de estratégias em função desses resultados.

## 2.3 DIFERENCIAÇÃO E APOIOS

Por norma o processo de referenciação dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente ocorre em momento prévio à frequência na Escola. Este facto, associado à realidade existente de apenas se encontrarem sinalizados dois alunos com as referidas necessidades (à data da intervenção na Escola, perspectivava-se a frequência de um terceiro aluno), tem contribuído para o não emergir de situações problemáticas decorrentes da ausência de serviço de psicologia e orientação (SPO) e de serviço de apoio pedagógico (SAP). Com efeito, os serviços especializados de apoio educativo, enquanto estruturas coordenadas com representação no conselho pedagógico e previstas no regulamento interno, não se encontram implementados. Neste contexto, as necessidades educativas especiais e as dificuldades de aprendizagem têm vindo a ser identificadas pelos respectivos docentes e/ou directores de turma e tratadas em sede de conselhos de turmas. Caso as situações identificadas exijam outro tipo de encaminhamento o director de turma recorre ao gabinete de atendimento do Programa Educação para Saúde (clube/projecto da Escola que dispõe de cinco horas semanais) e/ou ao conselho executivo. Os pais/encarregados de educação são contactados e aconselhados a recorrer às consultas de psicologia do Centro de Saúde de Barcelinhos (com quem a Escola estabelece relações de proximidade) ou para o serviço de Psicologia do Grupo de Apoio Social Cristão, sediado na freguesia de Arcozelo. Neste contexto, emerge o trabalho realizado ao nível dos conselhos de turma do ensino básico que no quadro das suas competências, através de planos de recuperação e de acompanhamento, têm conseguido criar as condições de aprendizagem dos alunos com mais dificuldades. O funcionamento, em regime aberto, da sala de estudo, da sala de matemática e da biblioteca permite um apoio permanente e complementar às actividades lectivas do qual têm beneficiado muitos alunos.

## 2.4 ABRANGÊNCIA DO CURRÍCULO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E DA APRENDIZAGEM

A Escola tem vindo a oferecer aos alunos grande diversidade de actividades de enriquecimento do currículo e de ocupação plena dos tempos escolares. A estas actividades associam-se outras desenvolvidas nas Áreas de Projecto e de Formação Cívica. No seu conjunto, a oferta educativa da Escola integra componentes activas, culturais, sociais e artísticas. Sem esgotar a oferta, refiram-se a título de exemplo alguns dos Clubes/Projectos a funcionar no presente ano lectivo: Clube da Língua Portuguesa, Clube do Inglês, Clube Europeu, Clube de Astronomia, Clube Georiscos, Clube da Protecção Civil, Clube do Teatro, Ciência em Movimento, Oficina Tecnológica, Educação para a Saúde (no qual se releva o estudo elaborado sobre o Índice de Massa Corporal), Desporto Escolar, a Escola na Internet e a Revista “Schola”. Para a valorização dos saberes práticos e profissionais concorrem algumas actividades programadas no plano anual que pretendem dar resposta a uma das metas estabelecidas no projecto educativo que consiste na consolidação da área da formação profissional e consequente qualificação dos jovens para o mundo do



trabalho. Ao diversificar a sua oferta educativa, a Escola tem conseguido grande envolvimento dos alunos em actividades com impacto na sua formação integral. Acresce que ao oferecer cursos de educação e formação de adultos evidencia uma intenção clara de incrementar um quadro de formação que responda às expectativas da população activa

### 3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

#### 3.1 CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

O projecto educativo da Escola estabelece as grandes linhas orientadoras da sua actividade. Os restantes documentos de orientação educativa revelam coerência com o referido projecto. Na sua última revisão (Julho 2008) o projecto educativo passou a apresentar como uma das suas metas “consolidar a área da formação profissional, visando a qualificação de jovens e adultos para o exercício da vida activa”. Em coerência com este enunciado, foi reforçada a oferta formativa em cursos de matriz profissionalizante. A Escola não evidencia grande participação dos diferentes actores na definição de prioridades e planos de acção. No entanto, reconhece-se a existência de planeamento anual feito ao nível das diferentes estruturas da Escola e dado a conhecer atempadamente aos diferentes sectores da comunidade educativa. Na gestão do tempo escolar é preocupação da Escola proporcionar aos alunos a sua ocupação educativa durante os tempos não lectivos que decorrem, sobretudo, dos tempos de acerto com os horários dos transportes escolares.

#### 3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Os critérios adoptados na gestão do pessoal docente assentam fundamentalmente nas orientações emanadas da tutela para a organização do ano lectivo, designadamente, e sempre que possível, na constituição e continuidade de equipas pedagógicas e do mesmo director de turma ao longo de um ciclo de estudos. Porém, não se encontrando explicitados outros critérios, os órgãos de administração e gestão não deixam de intervir em situações identificadas que justifiquem uma acção assente no conhecimento das competências pessoais e profissionais dos docentes. É dada especial atenção à valorização da dimensão educativa nos conteúdos funcionais dos auxiliares da acção educativa, que se expressa na cuidada adequação dos seus perfis profissionais e pessoais às funções a desempenhar. No âmbito da formação contínua de docentes e não docentes, a Escola elabora anualmente um plano de formação com base nas necessidades inventariadas, sendo que uma parte significativa da formação acontece via Centro de Formação da Associação de Escolas do Concelho de Barcelos. Pese embora o facto de não existir formalmente um plano de integração de novos elementos de pessoal docente e não docente, foi claramente expressa a sua satisfação no que concerne ao processo de recepção e integração na Escola. O conselho executivo promove um almoço convívio no início do ano lectivo para o acolhimento e integração dos novos elementos.

#### 3.3 GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

A Escola tem feito um esforço no sentido de adequar as instalações, espaço e equipamentos às suas necessidades. Nem sempre o tem conseguido. Com vinte e quatro salas de aula construídas de raiz destinadas a serviço lectivo, a Escola acolhe, no presente ano lectivo, 41 turmas no ensino diurno. Tal facto não favorece a afectação de espaços necessários para outras actividades de apoio a alunos e professores. Agregando um conjunto arquitectónico de 7 pavilhões, um dos quais em construção pré-fabricada, as instalações escolares, globalmente, apresentam adequadas condições de qualidade e segurança decorrente dos cuidados postos pelo conselho executivo na sua manutenção, beneficiação e melhoramento. No entanto, não obstante o facto de recentemente se ter redimensionado um novo espaço para laboratório de Ciências, os laboratórios de Biologia/Ciências Naturais e Físico/Química, de acordo com os docentes destas áreas disciplinares, carecem de melhores condições estruturais e de equipamento. Esta situação é corroborada pelo conselho executivo que, recorrentemente, tem diligenciado junto das entidades competentes no sentido de resolver o problema. As instalações e os equipamentos têm sido objecto de

vistorias periódicas por parte de entidades competentes. Existe plano de emergência e realiza, periodicamente simulacros.

Não obstante a assembleia de escola ter presente que o orçamento - com origem no Orçamento Geral do Estado - é complementado com o orçamento privativo, cujas receitas próprias provêm dos lucros do bar e da locação do pavilhão gimnodesportivo, revela algum desconhecimento relativamente ao seu peso no orçamento global da Escola e das prioridades na sua aplicação. Ainda no plano da gestão financeira, refira-se que a Escola tem recorrido a candidaturas de projectos e clubes financiados como forma de captação de outras receitas.

### 3.4 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E OUTROS ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA

A participação dos pais/encarregados de educação é activa nos órgãos da Escola e mais reduzida no acompanhamento do dia-a-dia dos seus educandos. Relativamente aos órgãos da Escola, a sua participação concorre, por vezes, para a solução de alguns dos problemas. A este propósito, e a título de exemplo, refira-se o facto de nos 3<sup>os</sup> períodos dos últimos três anos lectivos a Associação de Pais e Encarregados de Educação ter procedido à contratação de uma psicóloga para efeitos de orientação vocacional dos alunos e, ainda, ao facto de a mesma Associação ter mobilado uma das salas destinadas a receber pais e encarregados de educação pelos directores de turma. No que concerne ao acompanhamento dos seus educandos - exceptuando-se a primeira reunião do ano lectivo com a presença do director de turma e dos momentos de entrega das avaliações de final de período - os índices de participação continuam abaixo do desejável. No início do ano lectivo, na primeira reunião com os directores de turma, os pais/encarregados de educação tomam conhecimento do funcionamento da Escola, do seu projecto educativo e do seu regulamento interno. Procedem, ainda, à eleição do seu representante que passará a integrar o conselho de turma, desde logo para elaboração do respectivo projecto curricular. Com o objectivo de fomentar a participação dos pais/encarregados de educação e de outros elementos da comunidade educativa na vida escolar, o plano de actividades do presente ano lectivo prevê um conjunto de iniciativas abertas a toda a comunidade. A Associação de Pais e Encarregados de Educação realiza algumas actividades que são integradas no referido plano anual de actividades.

### 3.5 EQUIDADE E JUSTIÇA

Para a satisfação evidenciada pelos diferentes actores da comunidade educativa concorre a percepção que têm sobre a actuação dos responsáveis da Escola no que concerne a princípios de equidade e justiça. No sentido de promover a igualdade de oportunidades, verifica-se a existência de critérios equitativos para a constituição de turmas e elaboração dos horários. Ainda no plano da igualdade de oportunidades, refira-se que o acesso a experiências escolares estimulantes, designadamente a participação em visitas de estudo, é garantido aos alunos mais carenciados economicamente através de soluções criativas que, por vezes, passam pela recolha e venda de produtos - em feira - por professores e alunos. A promoção da inclusão socioescolar dos alunos economicamente mais carenciados é feita, sobretudo, por via dos serviços de acção social escolar através de critérios de discriminação positiva. Para além dos alunos subsidiados, 6% usufruem de Bolsas de Mérito.

## 4. LIDERANÇA

### 4.1 VISÃO E ESTRATÉGIA

A Escola apresenta, globalmente, lideranças fortes com visão estratégica que dão suporte à sua organização. Desde logo, a gestão de topo da Escola estabelece objectivos, metas e estratégias. O projecto educativo e os planos de acção dele decorrentes, no conjunto, definem, hierarquizam e calendarizam objectivos e actividades. Ao nível das estruturas de gestão pedagógica intermédia, pese embora o facto de procurarem obter os melhores resultados educativos, nem sempre são definidas metas claras, quantificáveis e avaliáveis.

Os critérios determinantes na definição da oferta educativa/formativa denotam a evolução da Escola num meio com uma tendência crescente do fenómeno da urbanização, com uma significativa expansão da pequena e média indústria, mas que, no entanto, ainda mantém uma tradição predominantemente rural. Neste contexto, e face aos desafios da actualidade, a Escola deu corpo ao sentir da comunidade local procurando consolidar a área da formação profissional, através qualificação de jovens e adultos de forma a facilitar a sua inserção na vida activa. Assim, no presente ano lectivo, é notória uma mudança no tipo de oferta educativa/formativa com os cursos de matriz tecnológica/profissionalizante do 10º ano de escolaridade a apresentarem-se em maior número face aos cursos científico-humanísticos. Tendo como pano de fundo a área da formação profissional, a visão estratégica e de desenvolvimento futuro dos responsáveis da Escola passa pela vontade de a direccionar e potenciar para a área transversal do Ambiente, designadamente apostando na formação em Desporto, Turismo Rural, Agronomia e Energias Renováveis.

#### 4.2 MOTIVAÇÃO E EMPENHO

As lideranças de topo e intermédias evidenciam conhecer as suas áreas de acção e revelam motivação e empenho. A articulação entre órgãos decorre no respeito pelo princípio da subsidiariedade e a complementaridade dos seus planos de acção concorre para o bom relacionamento e o ambiente de segurança e bem-estar que se vive na Escola. A mobilização dos diferentes actores é feita através do envolvimento e reconhecimento dos diferentes profissionais por parte dos responsáveis mais directos. Docentes e não docentes mostram-se empenhados nas tarefas que desenvolvem, sendo o seu trabalho reconhecido pelos pais/encarregados de educação. A Escola e os seus responsáveis recorrem a diversos meios, enquanto instrumentos de mobilização dos diferentes actores, entre os quais o contacto directo, os circuitos formais internos de comunicação descendente, a página da Escola na *Internet*, a plataforma *Moodle* e o *e-mail*.

O absentismo do pessoal docente tem sido objecto de monitorização e, nos três últimos anos a sua taxa situou-se em níveis que a Escola considera razoáveis. De resto, os planos de ocupação educativa dos tempos escolares implementados têm atenuado os efeitos deste absentismo.

#### 4.3 ABERTURA À INOVAÇÃO

A Escola apresenta como uma das suas metas tornar-se atractiva e moderna, oferecendo aos alunos as condições necessárias à sua frequência e formação de qualidade. Para tal tem vindo a investir nas tecnologias de informação e comunicação, quer como ferramenta instrumental da gestão administrativa, como por exemplo o sistema de gestão integrada para a administração escolar (GIAE), quer enquanto ferramenta do processo de ensino-aprendizagem. O uso do cartão electrónico permitiu acabar com a circulação de dinheiro e registar as entradas e saídas assim como outras informações. A abertura à inovação tem vindo a traduzir-se não só na adesão a projectos institucionais, designadamente o Plano de Acção da Matemática que tem tido impacto nos resultados escolares, mas também na gradual introdução de meios mais atractivos para o desenvolvimento das aprendizagens como, por exemplo, a Plataforma *Moodle*, os projectores multimédia e um quadros interactivo.

#### 4.4 PARCERIAS, PROTOCOLOS E PROJECTOS

Consciente da necessidade de abertura ao exterior e de promoção de uma educação abrangente, a Escola revela uma política pró-activa de estabelecimento de parcerias e protocolos com diversas entidades locais e regionais. Desde logo importa sublinhar o protocolo celebrado com a Escola Secundária Alcaide Faria, Barcelos, que permitiu viabilizar o seu curso Profissional de Electrotecnia utilizando, para efeito do desenvolvimento curricular na componente técnica, as instalações desta escola. Com este protocolo não só resultou a rentabilização das instalações escolares em benefício dos alunos do concelho, mas também a cooperação pedagógica entre docentes das duas escolas. Além desta, a Escola identificou outras entidades com as quais celebrou protocolos com impacto nas aprendizagens dos alunos, entre os quais: Autarquia, Universidade do Minho e Associação Amigos da Montanha. Para além das referidas parcerias/protocolos, a Escola ainda se envolve em projectos, para os quais conta com a colaboração de entidades – publicas e

privadas - locais: Delegação de Saúde, Centro de Saúde de Barcelinhos e Barcelos, Bombeiros, Guarda Nacional Republicana, Cruz Vermelha Portuguesa, Biblioteca Municipal, Banda Plástica de Barcelos, Rancho Folclórico de Barcelinhos, Associação Comercial e Industrial de Barcelos, Instituto do Emprego e Formação Profissional e pequenas e médias empresas da região (que asseguram os estágios profissionais dos alunos).

## 5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO [AGRUPAMENTO/ESCOLA]

### 5.1 AUTO-AVALIAÇÃO

Para efeitos de avaliação interna o conselho pedagógico, através de uma comissão, tem vindo a produzir um relatório onde constam os resultados escolares dos alunos, o ambiente de trabalho, o cumprimento dos programas e as condições de segurança da Escola. Por sua vez, o documento intitulado “A nossa Escola em Números” e outros documentos avulsos evidenciam algum do trabalho de monitorização, sobretudo ao nível da análise dos resultados escolares, que nos últimos anos a Escola vem a fazer. A partir de 2006/07, por iniciativa do presidente do conselho executivo e sob a sua coordenação, foi constituída uma comissão de auto-avaliação destinada a fazer no horizonte temporal de três anos, o “diagnóstico do funcionamento e do desempenho da organização e dos grupos que a constituem, de modo a identificar os pontos fortes e fracos”, conforme refere o relatório da referida comissão. Do trabalho desta comissão, que entretanto deixou de ser coordenada pelo presidente do conselho executivo, foram produzidos dois relatórios e dos mesmos dado conhecimento à comunidade educativa. O último relatório (Setembro de 2008), em sede de conclusão final, faz uma “apreciação bastante positiva do funcionamento global da escola”. Porém, não identifica de forma explícita pontos fortes e fracos, não define prioridades de acção e não apresenta planos de melhoria. Pese embora tal facto, a experiência obtida poderá vir a contribuir para a consolidação e aperfeiçoamento progressivo deste processo.

### 5.2 SUSTENTABILIDADE DO PROGRESSO

As fragilidades no estado actual do processo de auto-avaliação são, parcialmente, contrabalançadas pela qualidade da liderança, pela estabilidade e experiência do corpo docente, pela motivação e empenho dos agentes educativos que, no conjunto, revelam o desejo de melhorar este processo, de forma a poderem implementar planos de acção nas diversas áreas procurando a melhoria global do seu desempenho. Aquando da apresentação da Escola no olhar dos seus responsáveis, foram identificados pontos fortes, pontos fracos e constrangimentos. Esse é o caminho que permite definir e implementar as estratégias mais adequadas na garantia da sustentabilidade do progresso.

## V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos da Escola (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam a Escola e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por ponto forte: atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos; por ponto fraco: atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos; por oportunidade: condição ou possibilidade externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos; por constrangimento: condição ou possibilidade externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

### Pontos fortes

- O bom relacionamento e o ambiente de segurança e de bem-estar que se vive na Escola;

- As lideranças, de topo e intermédias, mobilizadoras dos diferentes actores;
- A motivação e empenho de todos os profissionais;
- A diversificação da oferta educativa/formativa face às necessidades dos alunos e do meio local;
- A multiplicidade de parcerias e protocolos com entidades públicas e privadas

#### **Pontos fracos**

- Os resultados nos exames do 9.º e no Ensino Secundário na disciplina de Matemática inferiores às médias nacionais;
- A pouca participação dos pais/encarregados de educação no acompanhamento dos seus educandos;
- A inexistência de estratégias consistentes de acompanhamento, monitorização e observação directa da actividade lectiva em sala de aula;
- O incipiente processo de auto-avaliação.

#### **Oportunidades**

- A proximidade geográfica com uma instituição de ensino superior politécnico existente no concelho (IPCA – Instituto Politécnico do Cavado e do Ave) que pode facilitar a celebração de protocolos/parcerias no âmbito do ensino profissional, possibilitando à Escola responder a novos desafios.

#### **Constrangimentos**

- A localização geográfica da Escola que a coloca fora dos principais circuitos de transporte público, situação que, por vezes, obriga os alunos a percorrer longa distância a pé;
- As insuficientes condições estruturais e de equipamento dos laboratórios de Biologia/Ciências Naturais e de Físico-Química poderão comprometer o ensino experimental das Ciências.

A Equipa de Avaliação Externa:

João António Pereira da Silva, Guilhermino Coimbra Veloso, Alberto Teixeira.